

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

No dia de ontem, 16 de abril de 2014, os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista enviaram um requerimento ao Governo, solicitando que o Relatório do grupo de trabalho da “reforma global do regime de pensões” seja remetido à Assembleia da República com toda a urgência e antes do envio do Documento de Estratégia Orçamental (DEO), e que o Governo clarifique de forma inequívoca a autoria do referido relatório, atendendo às notícias que têm surgido por parte de alguns órgãos de comunicação social, de que (pelo menos alguns) elementos do referido grupo de trabalho desconheciam o documento.

Na exposição de motivos do referido requerimento os deputados do Partido Socialista expuseram toda a confusão instalada nas últimas semanas em torno deste processo, assim como as incongruências dos diversos membros do Governo. Mais uma vez o Governo, à semelhança de outras matérias essenciais e que afetam a vida de milhões de portugueses, tratou este assunto de uma forma confusa, atrapalhada, cheia de contradições. Mais uma vez a estratégia é ocultar decisões gravosas e que visam destruir o Estado Social, com artifícios e com o lançamento de informações contraditórias para a comunicação social (algumas vindas diretamente de membros do próprio Governo).

O Partido Socialista constata hoje, através de notícias veiculadas por diversos órgãos de comunicação social, que “afinal” o relatório das pensões não terá sido subscrito pelos elementos do grupo de trabalho constituído pelo efeito.

De acordo com o Diário Económico “*O relatório que deverá servir de base à decisão política sobre as novas medidas nas pensões - e que o primeiro-ministro confirma já ter sido entregue - não foi subscrito pelos consultores externos convidados pelo Governo a participar no grupo de trabalho da reforma. Pelo menos alguns consultores externos deram contributos por escrito, mas não conhecem o conteúdo do relatório, nem o que foi aproveitado das suas ideias. É nos gabinetes que apoiam o Governo que o trabalho foi feito, tendo sido coordenado pelo Secretário de Estado da Administração Pública (assistido pelo seu homólogo na Segurança Social). Os consultores externos não se sentem vinculados às propostas que estão na mesa do primeiro-ministro e aguardam agora o acesso ao relatório. Um dos especialistas externos explica ao Diário Económico que a natureza da sua colaboração estava clara desde o início - apresentar alguns contributos para a discussão, sem garantia de inclusão num eventual relatório.*” (in Diário

Económico, 17 de abril 2014).

Ainda na imprensa escrita: *“Existe um documento entregue no Ministério das Finanças na passada sexta-feira (...) mas que ignora as contribuições dos especialistas que foram convidados para integrar o grupo de trabalho liderado pelo secretário de estado da Administração Pública (...). Cai, assim por terra a intenção de o Governo apresentar uma reforma apoiada num conjunto de estudos científicos. (...) as poucas reuniões que foram realizadas durante estes quatro meses mostraram logo que havia grandes divergências no método de trabalho, quer na utilização das contribuições que eram dadas. (...) os conflitos foram-se agravando com o tempo, ao ponto de ser exigido a elaboração de atas das reuniões, de modo a ficar claro para futuro qual a posição e a contribuições dos vários elementos.”* (in *Correio da Manhã, 17 de abril 2014*).

Em suma, neste momento, já não se consegue perceber qual o “estatuto” dos referidos especialistas. De acordo com informação inicial disponibilizada no Portal do Governo, teria sido constituído um grupo de trabalho interministerial, coordenado pelo Secretário de Estado da Administração pública, o qual estaria a estudar a reforma do sistema de pensões, tendo sido nomeado para o efeito e tendo como mandato propor **“uma reforma duradoura do sistema de pensões que, complementando as reformas estruturais já adotadas (nomeadamente a convergência de regimes para o futuro), assegure a sustentabilidade do mesmo no respeito da equidade inter-geracional e intra-geracional”**. Salienta-se que o despacho de nomeação do referido grupo de trabalho não foi tornado público.

Posteriormente elementos do Governo foram afirmando que “especialistas” na matéria estariam a colaborar nos trabalhos, a “convite do Governo”. Em notícias mais recentes, os “especialistas” já são identificados como “consultores externos”, sendo que importa referir que a alusão a consultoria implica normalmente, a adjudicação de uma prestação de serviços.

Parece inequívoca a intenção do Governo em tornar a Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES), uma medida temporária, em definitiva, ajustando o valor das pensões a critérios demográficos e económicos, assente num discurso meramente retórico de insustentabilidade da segurança social, sem apresentar fundamentos, nem cálculos, nem projeções, nem estudos técnicos e atuariais...

Parece também evidente que aquele que poderia ser o trabalho que, de algum modo, traria uma componente técnica às decisões do Governo, afinal não resulta do grupo de trabalho que tinha precisamente esse mandato.

Tornou-se claro que o Governo se comprometeu com os pressupostos essenciais de uma dita “reforma das pensões”, com a Troika, antes mesmo de ter acesso ao “suposto” Relatório técnico, conforme resulta da Proposta de Decisão de Execução do Conselho (COM 2014-185), de 19 de março, documento este que fechou a 11ª avaliação. De acordo com este documento a medida encontrada para substituir os cortes de pensões atualmente em vigor com a CES corresponde a um mecanismo que ajuste o valor das pensões à evolução da economia portuguesa, bem como à evolução demográfica. Ou seja, de acordo com notícias avançadas pela TSF, o compromisso assumido pelo Governo português a 19 de março, perante a Comissão Europeia, e inscrito no documento referido anteriormente foi, na altura, tomado à margem deste grupo de trabalho.

Face ao exposto, os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista consideram que toda a confusão que se instalou, todas as dúvidas em torno do relatório do grupo de trabalho e dos próprios trabalhos desenvolvidos nestes quatro meses, devem ser esclarecidas pelo Governo.

Assim, para além do relatório e para além da identificação inequívoca da sua autoria, solicitados ao governo em requerimento datado de 16 de abril e reiterado no presente requerimento, é essencial que o Governo envie à Assembleia da República o(s) despacho(s) de nomeação de

todos os elementos do(s) grupo(s) de trabalho(s), qualquer que seja a sua qualidade (enquanto representantes dos serviços, especialistas convidados, consultores, etc), bem como as atas de todas as reuniões realizadas e, se aplicável, todos os trabalhos intermédios / provisórios produzidos nesse âmbito.

Não pode haver dúvidas, nem especulações sobre uma matéria da maior importância, que afeta a vida de milhões de portugueses agora e no futuro. O debate parlamentar em torno do DEO e em particular de uma suposta “reforma do sistema de pensões”, como este Governo parece querer implementar, não pode, nem deve ser sustentada numa atitude de ocultação, os portugueses não podem continuar a sofrer as medidas deste Governo, quando as mesmas já estão comprometidas com a Troika, e quando são imensas as dúvidas sobre a sustentação técnica dessas tomadas de decisão.

Assim:

- 1. Os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista solicitam o envio urgente do(s) despacho(s) de nomeação de todos os elementos do(s) grupo(s) de trabalho(s), qualquer que seja a sua qualidade (representantes dos serviços, especialistas convidados, consultores, etc);**
- 2. Os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista solicitam o envio com urgência das atas de todas as reuniões realizadas no âmbito dos trabalhos realizados ao longo dos últimos meses, bem como de documentos intermédios / provisórios que possam ter sido elaborados e/ou distribuídos;**
- 3. Os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista reiteram o pedido de envio urgente do Relatório da “reforma global do regime de pensões” formalizado em requerimento datado de 16 de abril de 2014;**
- 4. Os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista reiteram ao Governo o pedido de clarificação da autoria do referido relatório, formalizado em requerimento datado de 16 de abril de 2014.**

Palácio de São Bento, quinta-feira, 17 de Abril de 2014

Deputado(a)s

SÓNIA FERTUZINHOS(PS)

PEDRO JESUS MARQUES(PS)

VIEIRA DA SILVA(PS)

NUNO SÁ(PS)

CATARINA MARCELINO(PS)

JOSÉ JUNQUEIRO(PS)